



## 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Trabalho, questão social e serviço social.

### GÊNESE E CONTEMPORANEIDADE DA QUESTÃO SOCIAL: BREVES REFLEXÕES

Vera Lúcia Honório dos Anjos<sup>1</sup>

**Resumo:** Abordagem acerca da questão social, necessariamente implica referir ao processo histórico que a constituiu cujo desenvolvimento está relacionado ao sistema capitalista que se configura de forma direcionada à acumulação do capital e à exploração da força de trabalho. Este texto objetiva abordar acerca da compreensão sobre a questão social, conceitos e concepções, considerando o desenvolvimento da sociedade no sistema capitalista, em que por meio da relação capital-trabalho desenvolve a pobreza e demais expressões advindas dela, imputando responsabilidade à classe trabalhadora, e a criação de resposta do Estado para atender ao capital, privatizando suas funções e promovendo concessões mínimas de direitos sociais para a manutenção do processo de exploração e espoliação. Mesmo reconhecido os avanços das políticas públicas, em especial no Brasil, a questão social assume, sob essa perspectiva de redução das funções do Estado na lógica do mercado, novos contornos e se metamorfoseia com novas roupagens. Sendo interpretada como resposta da desigualdade social, de sinônimo de cidadania; como desagregação e desfiliação. Contudo, para além do mundo do trabalho, a questão social, envolve também as questões de gênero, etnia e minorias sociais; e como um conjunto de problemas econômicos, políticos, sociais e culturais próprios da sociedade capitalista, cujas repercussões nas políticas públicas têm exigido fazer resistência ao processo de desmantelamento das políticas constituídas e dos direitos sociais historicamente conquistados, em meio a inúmeras crises sem respostas dos sujeitos políticos frente a pensamento conservador recorrente na conjuntura política que tem demonstrado uma valorização pela ausência de solução no enfrentamento das expressões contemporâneas da questão social, que a cada dia impõe novos desafios.

**Palavras chaves:** questão social, estado e políticas públicas.

**Abstract:** Approach on the social question, necessarily involves referring to the historical process that was the development that related to the capitalist system that is so directed to capital accumulation and exploitation of job. This text aims to address about the understanding of the social issues, concepts and conceptions, considering the development of society in the capitalist system, in which through the capital-labor relationship develops the poverty and other related expressions her, imputing responsibility to the working class, and the creation of response by the State to serve the capital, privatizing its functions and promoting minimum social rights concessions to maintain the process of exploration and exploitation. Even recognized the advances of public policies, especially in Brazil, the social question assumes; from this perspective of reduction of the State functions in the logic of the market; new contours if metamorphoses with new clothes. Being interpreted as response of social inequality, synonym of citizenship; How to break-up and leave. However, in addition to the world of work, the social question, it also involves the questions of gender, ethnic and social minorities; and as a set of economic problems, political, social and cultural characteristic of capitalist society, whose repercussions on public policies have required making resistance to the process of decommissioning of established policies and rights historically social conquered, amid countless crises without responses from political subjects in front of conservative thought on political conjuncture which has shown an appreciation for the absence of a solution in the confrontation of the expressions contemporary social issues, that each day imposes new challenges.

**Key words:** social issues, State and public policies.

## 1. Introdução

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal de Mato Grosso, E-mail: veradosanjosmt@hotmail.com.

O presente texto tem a finalidade de refletir acerca da compreensão sobre a questão social, que tem se dado ao longo da história a partir de duas primícias lógicas: humanizar relações a partir do embrutecimento que as relações capital-trabalho desenvolvem com a pobreza e demais expressões advindas dela, instalando a desordem, imputando responsabilidade à classe trabalhadora, e, de outro lado, a criação de resposta do Estado para atender ao capital, beneficiar, ou abrir para o capital, privatiza suas funções a concessão mínima de direitos sociais para manutenção do processo de exploração e espoliação da força de trabalho.

A abordagem acerca da questão social, necessariamente implica referir ao processo histórico que a constituiu cujo desenvolvimento está relacionado ao sistema capitalista que se configura de forma direcionada à acumulação do capital e à exploração da força de trabalho.

Nesta direção, Pereira (2004, p.51,52) ilustra que as demandas sociais, postas pela conjuntura econômica, política e social são reais e inegáveis, mas não dão visibilidade a uma questão social explícita no sentido que o conceito quer expressar. Para haver uma questão social é preciso ocorrer a “(...) dialética entre estrutura e sujeitos estrategicamente situados (...)”, diz a autora. Tal dialética implica, portanto, uma ação política dos sujeitos que permita que os problemas sociais latentes se transformem em questão política, isto é, sejam problematizados e politizados. Isto não ocorre na realidade hoje, posto que a resposta ao desemprego estrutural, um exemplo tomado pela autora, tem sido o esvaziamento da sociedade salarial, a perda de pressão dos trabalhadores com a contra-regulação dos sindicatos, o desmantelamento dos direitos sociais e o aumento da pobreza relativa e absoluta.

Ao considerar este entendimento Pereira (2004, p.54) reitera sua tese de que a questão social é produto da luta de classes, da dialética entre estrutura e ação, reiterando sua dúvida quanto à existência de uma questão social diante dos problemas sociais mencionados, principalmente se a referência for àquela afeta ao século XIX que eclodiu na Europa, “(...) no marco da revolução industrial, porque essa questão foi assim denominada por expressar contundente embate político”.

Portanto, essa compreensão respalda-se no novo cenário político de um recuo dos movimentos sociais o que implica numa desorganização nas lutas políticas.

A partir desses aspectos, neste texto, tem-se a intenção de fazer apontamentos sobre a questão social, focada na política social, sobre o Estado, e conjuntura do Brasil imerso em crises que acompanham a organização política econômica e social do país.

Em que mesmo reconhecido os avanços das políticas públicas, em especial no Brasil, a questão social assume; sob essa perspectiva de redução das funções do Estado na lógica do mercado; novos contornos e se metamorfoseia com novas roupagens. Sendo interpretada como resposta da desigualdade social, de sinônimo de cidadania; como desagregação e desfiliação.

Contudo, para além do mundo do trabalho, a questão social, envolve também as questões de gênero, etnia e minorias sociais; e como um conjunto de problemas econômicos, políticos, sociais e culturais próprias da sociedade capitalista, cujas repercussões nas políticas públicas têm exigido fazer resistência ao processo de desmantelamento das políticas constituídas e dos direitos sociais historicamente conquistados, em meio a inúmeras crises sem respostas dos sujeitos políticos, frente a pensamento conservador recorrente na conjuntura política que tem demonstrado uma valorização pela ausência de solução no enfrentamento das expressões contemporâneas da questão social, que a cada dia impõe novos desafios.

## **2. A questão social: gênese e ordem capitalista**

Demarcada pelos impactos da Revolução Industrial (XVIII), o emprego da questão social se dá a partir do fenômeno da pobreza absoluta que crescia na medida do aumento da produção de riqueza, em que as pessoas migravam dos campos para as cidades, para trabalharem e vão desenvolvendo ocupação desorganizada e não planejada, em condições desumanas, sem saneamento básico, infraestrutura, etc. Foram mudanças concretas que modificaram a maneira de vida, na medida em que as pessoas passam a ser exploradas pelo sistema capitalista - o industrial burguês: emergência e consolidação da sociedade burguesa – em um processo de acumulação da produção e reprodução das condições de vida, de cultura e da riqueza (NETTO, 2001; Netto, 2013).

Ao mesmo tempo em que se dava esse processo de exploração que ali emergia, os trabalhadores passam a ter compreensão de sua condição de explorados, se revoltam contra as máquinas, tem-se a manifestação de mudanças culturais, com a falta de emprego, onde a pobreza crescia na mesma proporção em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Ou seja, a sociedade se revela capaz de produzir bens e serviços, pois não tinha acesso efetivo para os mesmos, e se via despossuída das condições materiais de vida (NETTO, 2001).

A partir dessa relação de apropriação do trabalho e do processo de acumulação do capital, em que se dá a inserção do trabalho pelo capital, também se desencadeia a desigualdade social, o crescimento da pauperização absoluta e a luta de classes. Portanto, a questão social, nessa perspectiva, é expressão das contradições inerentes ao capitalismo (BEHRING e SANTOS, 2009; Netto, 2013).

A questão social é explicada por Netto (2013), com vinculações diretas, como sendo um conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos, determinados pelo surgimento da classe operária e sua inserção no processo de produção e reprodução capitalista, relacionados aos conflitos próprios da relação entre o capital e o trabalho e, dessa forma, sua origem se inscreve na

passagem do capitalismo concorrencial ao capitalismo dos monopólios, no final do século XIX, na Europa ocidental.

A partir dessa demarcação histórica, Netto (Apud Silva, 2013, p.217) enfatiza que não se refere à origem da questão social - como expressão fenomênica dos antagonismos sociais próprios do desenvolvimento capitalista na sua complexidade histórica -, mas, expressa a forma como a sociedade do capital passa a enfrentar seus problemas sociais e políticos, levando-se em conta novas expressões decorrentes do pauperismo, num momento específico de seu desenvolvimento. Momento, em que as contradições se tornam mais profundas, em que denomina essa fase de crescimento do capital de idade dos monopólios.

A questão social, na abordagem de Netto, colabora na sua compreensão, ao referir que “articula e têm a ver com a construção de “cenário político” por meio de lutas desencadeadas em prol dos direitos pertinentes ao trabalho” (NETTO, 2001), exigindo reconhecimento como classe, inaugurando a esfera por direitos sociais públicos.

Então, nesse processo contraditório tem-se a emergência das classes operárias e seu ingresso no cenário político. Assim, a questão social, envolve disputas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas. Por excelência, questão social está constituída na relação capital-trabalho, como destacado Iamamoto (2013) que, “é indissociável da sociabilidade da sociedade de classes e seus antagonismos constituintes, (...), com o selo das particularidades nacionais, presidida pelo desenvolvimento desigual e combinado, onde convivem coexistindo temporalidades históricas diversas”.

Trata-se, portanto, de um contexto que é adverso, de abordagens conservadoras que naturalizam o capitalismo, as desigualdades e contradições que dele emanam através de um amplo empreendimento político-ideológico que embaraça a construção de iniciativas coletivas. Ou seja, a análise da questão social é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho e se estabelece numa arena de disputas de projetos societários, apoiados por distintos interesses de classe, acerca de concepções e propostas para a condução das políticas econômicas e sociais (IAMAMOTO, 2013).

É, portanto, pela via da crítica teórica, que a questão social é parte constitutiva das relações sociais capitalistas e, é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais assume perfis e expressões historicamente particulares na cena contemporânea, com prevalência de necessidades da coletividade dos trabalhadores o chamamento a responsabilização do Estado e políticas sociais universalistas, voltadas aos interesses da grande maioria, condensando lutas pela democratização da economia, da política, da cultura e na construção da esfera pública. (IAMAMOTO, 2013; NETTO, 2013)

A mediação da questão social, ao ser considerada como um atributo privativo do Estado, cabe lhe prover condições necessárias por meio de políticas públicas, como promoção de medidas que

asseguem os direitos sociais dos trabalhadores. Contudo, ao possibilitar esse acesso, atribui ao trabalhador à responsabilização pela sua pauperização, sua condição. E nesta lógica, o Estado, também se alia a organismos financeiros e do mercado por meio da terceirização para assumir sua função, beneficiando o capital a partir da redução da função social do Estado (IAMAMOTO, 2001, NETTO, 2013).

Juntos na mesma direção, Netto (2013) e Iamamoto (2001) esclarecem que o desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social”. Enfatizam que nos diferentes estágios deste desenvolvimento produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A “questão social” é constitutiva do capitalismo: não se suprime aquela se este se conservar.

Tem-se, portanto, segundo complementa Netto (2001) em sua análise, que o fenômeno do pauperismo é o elemento que dá concretude à gênese da questão social, a medida que a “pobreza já não engendrada pela escassez e pelos constrangimentos do desenvolvimento das forças produtivas, mas sim aquela que seja, ou já é exponencial na razão direta do aumento da capacidade de produção de riquezas, dada a contradição entre forças produtivas e relações de produção”.

Iamamoto (2001) registra, e acrescenta deste modo, que a gênese da “questão social” encontra-se no caráter coletivo da produção e da apropriação privada do trabalho, de seus frutos e das condições necessárias à sua realização. É, portanto, indissociável da emergência do trabalhador livre, que depende da venda de sua força de trabalho para a satisfação de suas necessidades vitais. Lembrando Marx, essa autora destaca que trabalho e acumulação são duas dimensões do mesmo processo, fruto do trabalho pago e não pago da mesma população trabalhadora.

O estabelecimento da relação capital-trabalho pela via da exploração e da superexploração é o *locus* que desencadeia a pobreza, miséria, violência e solo fértil para a rebeldia expressa na resistência que são as lutas dos trabalhadores por direitos.

Vale dizer por esta via, a superexploração, segundo Marini (2000)<sup>2</sup> se põe em marcha pela utilização isolada ou combinada de três mecanismos: ampliação da jornada de trabalho ou intensidade de trabalho; sem a correspondente elevação salarial, e, remuneração da força de trabalho abaixo do seu real valor. Por estes mecanismos, são subtraídas do trabalhador as condições necessárias à reposição de sua força de trabalho – sendo-lhe imposto seja o desgaste prematuro de sua força de trabalho, seja um consumo aquém do necessário à reposição de sua

---

<sup>2</sup>que também analisou criticamente as relações de produção no capitalismo latino-americano, para elucidar uma categoria que se encontra vigente: o conceito de superexploração. A ideia de superexploração não aparece diretamente nos escritos de Marx, mas o que Marini chama de superexploração é o mesmo que Marx chama de exploração, e, em ambos, trata-se de aumento no grau de exploração da força de trabalho (DILLENBURG, 2013).

força de trabalho, de tal modo que a superexploração caracteriza-se, em geral, pela violação da lei do valor, isto é, pela remuneração da força de trabalho abaixo do seu real valor, que significa como detectara Marx, um modo específico de ampliar o tempo de trabalho excedente, ou seja, converter parte do salário em fundo de acumulação do capital.

Marini (2000, p.124), para tanto, argumenta, que a superexploração<sup>3</sup> não deriva do intercâmbio desigual, (apesar de manter a sua continuidade), mas da forma capitalista de produção cuja febre de lucro é tão mais desenfreada quanto mais atrasada é a produção de uma nação, de modo que o intercâmbio desigual tem como efeito exacerbar esse afã de lucro e intensificar os métodos de extração do trabalhado excedente, logo ele influencia os mecanismos da superexploração. Entretanto, ao se desenvolver um modo de produção "fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador" se coloca "em marcha um mecanismo monstruoso", que além de não desaparecer se agrava com o desenvolvimento tecnológico, promove/suscita/estimula a rebeldia, a medida que o trabalhador se reconhece impotente, explorado e passa exigir direitos.

Tem-se assim, que a questão social no âmbito da acumulação capitalista, nas circunstâncias da configuração capital-trabalho-necessidades vitais, assume significados de uma ameaça, uma disfunção de alguns indivíduos à ordem social estabelecida, e o seu reconhecimento ocorreu no final do século XX, com o ingresso da classe operária no cenário político, com a luta por direitos relacionados ao trabalho e na busca pelo reconhecimento de seus direitos, vigentes pelo Estado (IAMAMOTO,2001).

Nessa lógica de compreensão, tem-se após a Segunda Guerra Mundial, na explicitação de Netto (2013) que o capitalismo em crise experimentou a superação do marco clássico do imperialismo, na reconhecida década gloriosas da reconstrução econômica social, do pós-guerra dos anos 1960 aos 1970, na qual promoveu as demandas postas pelas lutas dos movimentos dos trabalhadores, incorporando-as à dinâmica da organização monopólica com instauração das primeiras formas de políticas sociais, como parte constitutiva da cidadania explicitada por Marshall, que mesmo sem erradicar as crises inerentes ao sistema capitalista, teve crescimento econômico, mas também revelou intensos processos de pauperização, significando o esgotamento da era expansiva da dinâmica capitalista, cuja resposta foi uma ofensiva política com a conjunção globalização/neoliberalismo, que rompe com a regulação política democrática da economia.

Para Harvey (2003), após esta crise geral de sobreacumulação ter tornado aguda, emerge movimento como alternativa ao arcabouço Keynesiano entre outras estruturas centradas no Estado de formulação de políticas, em que lideranças como Margaret Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos EUA, se apropriam e/ou adotam tais ideias e propostas apontadas por esse

---

<sup>3</sup> a superexploração se dá nos países periféricos.

movimento, em que torna-se uma estrutura mais adequada para atacar os problemas econômicos de sua época, resultando na orientação da atividade do Estado que abandonou a busca do bem-estar-social e passou a apoiar ativamente as condições do lado da oferta da acumulação do capital.

Tem-se, portanto, a privatização e a liberalização do mercado em que passa ser objetivo do Estado a “expropriação das terras comuns”. Ativos de propriedade do Estado, até então de uso partilhado da população em geral foram entregues ao mercado para que o capital sobreacumulado pudesse investir neles (Harvey, 2003, p.130).

Na mesma direção, Netto (2013), aponta que o advento da globalização/neoliberalismo provocou o enfraquecimento do fundamento do Welfare State, formatando assim a “nova questão social”, acirrando problemática das possibilidades de reformas progressistas no sistema capitalista. E que não apresenta uma só determinação que resista à crítica da economia política, mas retrocede ao nível das utopias conservadoras do século XIX com proposição de “novos contratos sociais” (*grifo dele*) que reestabelecem vínculos de solidariedade com apagamento dos dispositivos de exploração.

Este autor (*idem*) complementa ao dizer que inexiste nova questão social, e o que deve se observar é a emergência de novas expressões da questão social que só se suprimirá com a supressão da ordem do capital. Enfatiza que são novos estágios do desenvolvimento em que instaura novas expressões sociopolíticas com intensificação da exploração.

Esse debate tem convergência também nas explicações de Rosanvallon (1998) ao apontar que as transformações contemporâneas fizeram emergir uma nova questão social, a partir do crescimento do desemprego e o aparecimento de novas formas de pobreza que direcionaram à antigas categorias de exploração, e se assentaram a partir de novos fenômenos de exclusão social, no cenário de crise do Estado Providência. Esta se apresenta nas dimensões financeira, em função dos gastos serem maiores que o ingresso de recursos; na própria questão social e, na dimensão filosófica devido à desintegração dos princípios que organizam a solidariedade, e a concepção de direitos sociais, (apelidado de espiral de auto destruição da solidariedade para idealizar a exclusão social do mercado?).

Nestes termos, para esse autor (*idem*) recai sob o desemprego o maior peso, e atribui como necessária o retorno ao enfoque filosófico e mais político como medida para reconstituir o Estado de Providência, reaparecendo assim os sentimentos morais experimentados em época de guerra. Compreende como alternativa para sensibilizar e mobilizar a população em torno do Estado Cívico e do Estado Nação, a necessidade de restaurar a compaixão frente à miséria do mundo e a defesa dos direitos adquiridos (*idem*,1998,p. 72).

Portanto, para Rosanvallon (1998), o “novo” representa-se por fenômenos denominados especialmente exclusão social, em que se incluem os problemas do negro, da mulher, da infância e velhice desamparadas, dos sem-tetos, sem-terras etc.

Logo, a questão social que foi inicialmente relacionada exclusivamente à exploração do trabalho e vinculada à classe operária, agora é denominada de “nova” e vincula-se à exclusão social e ao aumento da pobreza em função da crise financeira, ideológica e filosófica do Estado Providência, que durante algumas décadas garantiu segurança social aos trabalhadores.

Sob esse aspecto, Iamamoto (2001), também reitera que produção e reprodução da questão social como disfunção à coesão social se apresentam como uma “nova questão social”, resultado e advinda da “inadaptação dos antigos métodos de gestão social”, produto da crise do “Estado Providência”. E, noutra dimensão, a questão social adquire status como parte constitutiva das relações sociais capitalista, sendo compreendida como expressão das desigualdades sociais, cujas implicações é a prevalência da coletividade dos trabalhadores e o chamamento à responsabilidade do Estado voltados aos interesses das grandes majorias, expresso no processo de lutas pela democratização da economia, da política e da cultura na construção da esfera pública.

Desse modo, a pobreza emergente, o pauperismo, pode ser e tem sido considerada uma única questão social com várias expressões, nessa perspectiva Iamamoto (2001), enfatiza que nos marcos da mundialização do capital e das políticas neoliberais, a questão social é parte constituinte das relações capitalista e apreendida como um conjunto de expressões da desigualdades sociais, em que mesmo sendo tratada sob a ordem do poder, no desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, requer enfrentamento na prevalência das necessidades da coletiva dos trabalhadores e das responsabilização do Estado e a afirmação de políticas sociais de caráter universal.

Nessa direção uma das exigências é uma gestão eficiente e humanizada dos problemas sociais. Contudo, ao ser circunscrita à ordem mundializada do capital e sob o comando do grande capital financeiro e das políticas neoliberais, aponta como respostas à questão social a canalização de mecanismos reguladores de mercado e de organizações privadas que partilham com o Estado a execução de programas focalizados e descentralizados de combate à pobreza e à exclusão social.

Com esta conformação, nota-se que nos tempos atuais, as mudanças ocorridas nas relações Estado-sociedade civil, expressam a necessidade de reduzir a ação do Estado, que, apesar de os serviços públicos terem sido organizados à base de princípios de universalidade e gratuidade, como políticas públicas, tem sido superdimensionados como gasto estatal, implicando restrição de meios financeiros como redução das despesas, na diminuição de atendimentos, resultando na escassez de recursos, das condições de operar as políticas públicas.



Se junto a esse cenário a desregulamentação das relações de trabalho e dos direitos sociais em nome da redução dos custos sociais do trabalho no país, que se expressa e esta materializada em processos de privatizações de estruturas públicas, terceirização de serviços e a reedição da filantropização, que reifica a relação de dependência de favor, corrobora para reiterar a alienação e a não percepção/reconhecimento como classe.

As medidas que têm sido adotadas pelo Estado estão assentadas no processo de financeirização, que interferem no ritmo de investimentos das empresas, na definição das formas de emprego assalariado, na gestão da força de trabalho e no perfil do mercado de trabalho, afetando o padrão de vida do conjunto dos trabalhadores. Consequentemente, o resultado tem sido “a privatização do Estado, desmonte das políticas públicas e a mercantilização dos serviços, a chamada “flexibilização” da legislação protetora do trabalho” (IAMAMOTO, 2013, p.266). Portanto, têm-se as

políticas governamentais favorecedoras da esfera financeira e do grande capital produtivo – das instituições, mercados financeiros e empresas multinacionais”, como “um conjunto de forças que captura o Estado, as empresas nacionais e o conjunto das classes e grupos sociais, as quais passam a assumir o ônus das chamadas “exigências dos mercados” beneficiar o capital” (IAMAMOTO,2013, p.266).

Este processo aguça a desigualdade que redimensiona a questão social na contemporaneidade mediante a imposição do capital financeiro que se expressão na banalização da vida humana, na medida em que as necessidades da maioria de trabalhadores e os seus direitos são ignorados, reproduzindo (historicamente) a exploração, desigualdade e a pobreza, portanto, comprometendo as formas de sociabilidade (os vetores da desigualdade estão na base da questão social no sistema capitalista: remuneração, trabalho,...).

E como se revela ou afeta na sociabilidade? Ou, o que se tem como desdobramento? lamamoto (2001 e 2007) reitera que o recrudescimento da racionalidade do mercado afeta a vida social, a partir da lógica inerente aos ideais liberais: de produtividade, competitividade, rentabilidade, eficácia, e eficiência, os quais impõe a mentalidade utilitária e enfatiza o individualismo, com estabelecimento de relações de indiferença, a medida que a “impotência” e a naturalização da sociedade se instala, “se virar” no mercado, ou “é assim mesmo, não há como mudar”, como enfatiza essa autora, que essa impotência construída são condutas centradas no indivíduo isolado, que se revelam com apelos morais à solidariedade com traço conservador que afeta as formas culturais, a subjetividade, as identidades coletivas.

São climas de incertezas e desesperanças que se instalam e fragilizam as redes de sociabilidade com sua subordinação às leis mercantis, em que cada um passa assumir os riscos, opções e responsabilidades por seus atos em uma sociedade de desiguais.

Portanto, trata-se de um processo que induz a redução da função do Estado, que pela lógica do mercado passa a ser desobrigado a promover a redução da desigualdade social, e remete a organizações privadas que se filiam ao Estado como alternativa de reduzir despesas/gastos sociais. Esses são os novos contornos que assumem a questão social, inaugurando um fosso/distanciamento no desenvolvimento entre as forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o impulsionam. Solo fértil para a violência, banalização da vida, mistificação do capital que permeia todos os espaços da vida social.

Apesar de reconhecer os avanços das políticas públicas, em especial no Brasil, a partir dos marcos constitucionais de 1988, a questão assume; sob essa perspectiva de redução das funções do Estado na lógica do mercado; novos contornos, como afirma Iamamoto (2001 e 2007), se metamorfoseia com novas roupagens.

A velha questão social, agora se afirma nas lutas diárias contra as desigualdades, resultantes da dissociação da relação capital-trabalho, em que a globalização do capital, também globaliza a questão social, que a cada dia tem suas expressões ampliadas, a partir da consciência e luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos, inserindo na esfera pública e exigindo do Estado o reconhecimento e a legalização e desses direitos, entre eles expressos pelas desigualdades de gênero e raça no mundo do trabalho entre outras expressões. Por conseguinte tem-se nova pobreza, nova questão social – globalização – que será suprimida se suprir a ordem do capital (NETTO, 2013; SILVA, 2013).

### **3. Questão social no Brasil**

A questão social no Brasil pode ser reportada ao período do Império, cuja conjuntura política, econômica e social do Brasil, esteve organizada a partir da existência da escravidão, contudo, não se constituiu numa questão social, por ser considerada a única força possível no processo econômico existente no país, afirma Silva (2013).

Trata-se de uma contradição, fundamenta a autora que refere à Nogueira, e esta pautada na ausência de organização política que contribuísse para a formação da consciência coletiva, à época do período escravagista, como razão de não considerar como questão social.

Contudo, entre as propostas de reformas sociais neste período a libertação do escravo é anunciada, não com base popular que expressasse anseios populares, mas com ensejo e preocupação de fortalecer os interesses da propriedade privada, ou seja, com as semelhanças do que já havia ocorrido na Europa (SILVA, 2013; NETTO, 2001).

Os fatos que registram e indicam a existência da questão social, no país, estão delineados a partir das manifestações e problemas sociais no final da 1ª República em função de movimentos sócio-político-históricos e culturais como: a 1ª, e posteriormente a 2ª Guerra Mundial, a criação

do Partido Comunista, no processo político em curso no país (República Nova), Semana de Arte Moderna, crise econômica internacional (queda bolsa de valores de Nova York) entre outros (SILVA, 2013).

E sob a influência dos Estados Unidos e Europa, esses movimentos foram motivados pela omissão do Estado e da sociedade em que poucas vezes interviam, e mesmo por serem movimentos considerados perturbadores ao crescimento e desenvolvimento como as crises do liberalismo, do comunismo, em que demarcara o princípio de uma hegemonia ideo-política - baseada no totalitarismo - que influenciou o desenvolvimento e subdesenvolvimento, por longas décadas, provocando estragos históricos de conhecimento público (IANNI, 1996; SILVA 2013).

Com o passar dos anos o conjunto das manifestações e problemas sociais, avolumam e intensificam, e, neste processo atos legais são constituídos para apaziguar a questão social, estabelecer o controle da luta operária, promover a repressão, por meio da criação de um conjunto de leis sociais como a criação do Ministério do Trabalho entre outras normativas.

O processo de industrialização, no país, além de ter promovido desenvolvimento econômico capitalista para alcançar o progresso, desencadeou inúmeros conflitos sociais expressos no aumento da pobreza, exploração de mão-de-obra, expulsão do homem do campo para as metrópoles industriais etc., provocando o inchamento das cidades e culminando num processo desordenado de urbanização.

Desta forma, tem-se instalada uma nova ordem social, em que a classe operária no mercado passa que enfrentar extensas jornadas de trabalho, nas quais os trabalhadores eram desprovidos de direitos trabalhistas e assistência médica, e sob a ameaça de surtos de doenças e com ausência de um sistema de proteção social, resultando na organização políticas por meio de Ligas Operárias, as sociedades de resistências e, sindicatos, que se configuram como espaços de luta do operariado.

Este processo de organização política, resultou em formulação de legislação social, com responsabilizações às empresas industriais pelos acidentes de trabalho e buscando a racionalização da cobertura do seguro coletivo (CARVALHO & IAMAMOTO, 1993).

Mesmo que a conjuntura da época demonstrasse inúmeras questões sociais, Silva (2013) relata que nesta época o Estado ainda não reconhece a questão social e a Igreja, vinculada ao Estado, se ocupava prioritariamente em legitimar sua doutrina social. Como também, dispunha de grupos e segmentos da sociedade civil que pudessem responder a esta questão com ações de caráter solidário, baseadas na caridade e na filantropia, compondo, portanto, um quadro de ação social e católica visando lutar contra o liberalismo e o comunismo. Somente com o agravamento da questão social a Igreja será impelida a reposicionar-se perante o mundo capitalista (NETTO, 2001).

No decorrer dos anos se estabelece no Brasil um processo de grandes mudanças, resultantes da soma de problemas que se acumularam de conjunturas anteriores, contribuindo para compor a nossa modernidade capitalista – chamada por Netto (1992, Apud SiLVA, 2013) de padrão capitalista monopolista tardio.

Foram épocas da industrialização automobilística, criação do maior parque industrial da América Latina, em que ao mesmo tempo, produziu do ponto de vista social, o crescimento do proletariado e o exército industrial de reserva, tornando a questão social uma problemática na ordem do dia, sem respostas institucionais para tais problemas sociais, resumindo a ações de cunho religioso e doutrinário, sendo, portanto, insuficiente com relação aos trabalhadores.

Mesmo com a demonstração de vida e progresso com o passar dos anos, a questão social foi ignorada e, legitimada a partir de estratégias políticas de caráter conservador, forjando a luta política, sob alegação falsa de proteção ao trabalhador e, mantendo a exploração nas relações de trabalho cada vez mais e maior, na medida em que o país intensifica o processo de industrialização, o franco desenvolvimento econômico capitalista e junto graves conflitos sociais expressos com aumento da pobreza, exploração de mão-de-obra, expulsão do homem do campo para as metrópoles industriais etc., provocando o inchamento das cidades e culminando num processo desordenado de urbanização (SILVA, 2013).

A manutenção desse perfil conservador da questão social se manteve ao longo do tempo, apesar dos processos de manifestação popular, ocorridos com movimentos reivindicatórios, perdurando na essência relação de exploração e dominação, mesmo denunciando descumprimento legal de uma série de direitos advindos da abolição da escravidão. Silva (2013, p.279) explicita, por exemplo, que no Brasil no período de Império para República, observou-se que mesmo após o movimento de emancipação política, manteve a estrutura econômica baseada no escravismo perdurou e

(...) devemos considerar que a independência e os movimentos sociais que se seguiram não se constituíram apenas e, tão somente, pela vontade e para responder às necessidades das elites senhoriais e imperiais, até porque não se tratavam de relações simétricas. Havia, sim, uma subalternidade da massa em relação às elites senhoriais, mas também, e ao mesmo tempo, havia uma dominação da metrópole sobre a colônia o que relativizava o peso da nossa autonomia política.

A instalação dessa nova ordem social leva à compreensão da questão social, que esteve sempre carregada de contradições com múltiplas interpretações por distintos segmentos, Estado, imprensa, Igreja e, mesmo a sociedade, que tardiamente passam a reconhecê-la na realidade brasileira, portanto, como lembra Ianni (1991, p.02, Apud SILVA, 2013) a questão social no Brasil é o “(...) produto da sociedade de mercado próprio da ordem social burguesa”.

Por conseguinte trata de sinônimo das lutas contra os antagonismos e as desigualdades sociais, relacionando-a ao conceito de cidadania social, tendo a questão social recebido muitas denominações no pensamento social brasileiro: desemprego, subemprego, pauperismo, marginalidade, periferia, pobreza, miséria, menor abandonado, mortalidade infantil, desamparo, ignorância, analfabetismo, agitação, baderna, violência, caos, subversão. (SILVA, 2013). O que comprova a elasticidade de na interpretação desta categoria.

Contudo, trata-se na verdade, de expressões ou interfaces da única questão social, ou seja, aquela já denunciada pelos trabalhadores europeus na luta contra o aprofundamento do pauperismo, ainda no século XIX.

Entende-se assim, como sinônimo de luta de classes, a questão social se determina socialmente pelas relações constitutivas da ordem social burguesa, logo, é produto da relação capital/trabalho, resultante das crises econômicas próprias do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, na sua forma extensiva e expansiva. É também produto dos conflitos sociais ocorridos no campo e na cidade desde o período escravista (IANNI,1991; SILVA, 2013).

Portanto, a gênese da questão social é constituinte de um processo histórico que tem suas raízes, ainda que de forma latente, em tempos remotos, e se expressa nas lutas sociais contra a servidão indígena e a expropriação do negro. E na atualidade representa-se nas lutas por melhores condições de vida e de trabalho, no desempenho na discriminação de gênero, na divisão sexual do trabalho (SILVA, 2013; NETTO, 2001).

Portanto como afirma Ianni, (Apud SILVA, 2013) “(...) a “questão social” está na base dos movimentos da sociedade”, e converte-se em impasses do regime político, refletindo as disparidades econômicas, políticas e culturais que envolvem as relações entre Estado e sociedade no âmbito das relações sociais capitalistas. Vale destacar que sempre foi vista pelas classes dominantes como uma ameaça à ordem existente devendo ser tratada pelos instrumentos repressivos para evitar a desordem e subversão.

Desse modo e a partir do processo de organização política dos trabalhadores na sociedade brasileira como movimentos reivindicatórios, a questão social insere-se no mundo da política alertando os diferentes setores da sociedade para reconhecer a conveniência de equacioná-la. Surgem, então, medidas de cunho assistencial e previdenciário para seu enfrentamento.

A constituição Federal de 1988 é a expressão maior do processo de lutas e conquistas pelos direitos sociais no Brasil. Contudo, ao considerar esse cenário e analisar os princípios e diretrizes da constituição cidadã (1988) se que apresentavam na contra mão do cenário internacional, cujos ditames mundial tem sido/eram as ideias neoliberais observa-se que os ideais da constituição foram frustrados, frente a entrada no anos de 1990, do neoliberalismo, no Brasil. Foi, portanto, um período de grande efervescência e avanços com essa nova constituição, foram inúmeras reformas e, ao mesmo tempo, contraditório.

Apesar dessa adversidade, as políticas sociais em vigor no Brasil, têm sido alavancadas desde a promulgação da Constituição de 1988 e nos últimos dois anos têm sofrido ataques com problemas sociais transformados em questão social, que carecem de serem problematizados como questão política, e as respostas têm sido impostas: desemprego estrutural, esvaziamento da sociedade salarial, a perda de pressão dos trabalhadores com a contra-regulação dos sindicatos, o desmantelamento dos direitos sociais e o aumento da pobreza relativa e absoluta, trabalho escravo, extermínio da população indígena, preconceito social e de domínios estamentais/patrimonialistas, conjugados ao domínio autoritário-corporativo.

Contudo, a partir de 2016, com a mudança do governo de plantão e mesmo com a institucionalidade da política, do judiciário, das eleições e dos conselhos de políticas e de direitos, o país vive tempos sombrios. Imerso em movimentos de contrarreformas, que retiram direitos conquistados em outrora, com Projeto de Lei que tramitam no parlamento sob alegação da necessidade de cortes dos gastos sociais, para assegurar a viabilidade política e econômica do país e visam atender aos interesses do capital financeiro.

O que se tem conferido com isso é: os desmontes dos direitos sociais, desqualificação das instituições públicas, questionamento do caráter público das políticas, ou seja, um desprezo pelos pobres que são atentados contra um legado de conquistas construído pelos movimentos democráticos. Uma crise política profunda que se manifesta em um descompasso entre a vida cotidiana das pessoas e a representação política institucional. Para Ricardo Antunes (2017), é hora de devastar os direitos sociais do trabalho, arrebentar a previdência, instaurar a terceirização total do trabalho, o que significa o retorno à escravidão no Brasil. As classes trabalhadoras vão ter desregramentos, desregulações ainda mais intensa.

Nota-se hoje, nesse quadro de crise, um descrédito total, um cenário que é desanimador, numa conjuntura adversa que tem sinalizado a retrocessos nos direitos trabalhistas e previdenciários, por exemplo, que soma-se às denúncias que o país todo assiste, com apurações de irregularidades ocorridas entre o setor público e privado, nos casos de corrupção. Os investimentos que seriam essenciais para adequar e modernizar a rede pública foram mínimos, racionados e alocados segundo critérios muitas vezes não estratégicos, que favoreceu a um quadro de crise, com descrédito nas instituições públicas, e, agrega a essa crise a onda do conservadorismo.

O forte conservadorismo presente no Brasil se expressa no parlamento com bancadas com posições políticas fundamentalistas; nas relações sociais, com postura e manifestações de intolerância, em relação raça-cor, orientação sexual, gênero. Inclusive demarcados nas mais diversas expressões jurídicas como: redução da maioria penal, aumento do tempo de internação de adolescentes, estatuto do nascituro, e sociais com muita exacerbação da violência.

Esse conservadorismo tem imposto uma nova ótica de voluntarismo, capitalismo solidário e coloca mais uma vez a classe trabalhadora no sacrifício, sendo penalizada.

O pensamento conservador recorrente na conjuntura política e nos espaços de atuação profissional tem demonstrado uma valorização pela ausência de solução no enfrentamento das expressões contemporâneas da questão social, em que, segundo Silva (2013), impõe novos desafios ao conjunto das profissões.

Por fim a questão social expressa as múltiplas determinações da prática, e pela tradição marxista é concebida como um fenômeno sócio-histórico que expressa, de acordo com cada contexto histórico-conjuntural, diferentes expressões, versões e manifestações da desigualdade social. Portanto, não se pode tratar este conceito como genérico, se o fizer nega sua historicidade e o transforma numa palavra vazia de conteúdo (SILVA, 2013).

#### **4. Considerações Finais**

A questão social é uma das expressões (que se revela a partir dos) do processo de produção e reprodução na sociedade capitalista, demarcada na Europa do século XIX, como o lugar e o tempo de sua emergência, a partir do processo de industrialização que provocou as condições favoráveis para instalar a pobreza e as demais expressões que configuram como questão social.

Portanto, os diferentes fenômenos sociais na sociedade capitalista, e na sua origem retratou o crescente pauperismo, com miséria, desemprego, mão-de-obra servil e escrava, numa relação de exploração e dominação de negros e índios, ou seja, problemas vinculados às condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora, e que tem sido apontado pela literatura atual como daquela época, inclusive/especialmente por autores como Marx e Engels.

Mesmo a sociedade em francos processos de transformação, a questão social delineia seu surgimento na gênese da organização sociedade e travessa todas as fases: sistema feudal, patriarcado, revolução industrial, período colonial, no caso de formação da sociedade brasileira, período republicano e, na contemporaneidade tida com estabelecimento da democracia.

Observa-se nessa trajetória o caráter conservador da questão social, pois recebeu influência do positivismo, da igreja católica, à medida que foi formulada a partir da filantropia da época que objetiva combater os excessos do capitalismo sem atingir a propriedade, sendo a questão social assumida como questão moral (SILVA, 2013). E, atribuindo ao trabalhador à condição de pobreza.

É absoluto o reconhecimento das transformações no mundo do trabalho e as implicações na produção e reprodução da questão social, houve avanços políticos e nos planos das ideias,

cuja modernização evidenciou/resultou com inovação no mundo da cultura e da política, sendo permeadas de crises, problemas econômicos, políticos e sociais, com protagonismo de novos sujeitos políticos e condições objetivas para fazer da questão social o centro de preocupações do Estado e da sociedade.

Como também é reconhecido que o debate e o desenvolvimento da questão social têm sido objeto de inúmeros estudiosos, de modo que a sua análise esta intimamente imbricada no debate e institucionalização das políticas sociais, que representam os resultados de participação social, política e popular para assegurar direitos. Contudo, evidencia-se, que mesmo sendo mal tratada e mal resolvida pelo Estado que faz/atua na resistência para se desobrigar das responsabilidades sobre a questão social, a fim de atender determinação do capital financeiro, todos os avanços no que concerne direitos foram e têm sido respostas às reivindicações das classes trabalhadoras, na instituição do moderno sistema de proteção social.

A questão social tem sido interpretada como resposta da desigualdade social e sinônimo de cidadania (Ianni); como desagregação e desfiliação (Castel); como uma nova questão social (Rosanvallon); Contudo, para além do mundo do trabalho, envolve também as questões de gênero, etnia e minorias sociais (Wanderley); e como um conjunto de problemas econômicos, políticos, sociais e culturais próprias da sociedade capitalista (Iamamoto e Netto).

Nesta compreensão e dentro do contexto de crise capitalista, tem gerado implicações desastrosas para as políticas sociais mediante a redução do Estado, como rebatimentos do ajuste neoliberal.

As tendências à privatização têm representado um dos maiores desafios visto que há um incentivo à precarização dos serviços sociais, um estímulo à busca de soluções no setor privado que vai de encontro aos interesses do capital, tendo em vista que mexem na hegemonia do capital (BEHRING e BOSCHETTI, 2011 p.164).

Trata-se de um cenário complexo, em que o capital – sob a perspectiva neoliberal – tenciona a realidade social no sentido de reduzir os direitos sociais alcançados historicamente pela classe trabalhadora.

Portanto, o capitalismo mundial (BOSCHETTI, BEHRING, MANDEL, MÉSZÁROS), com a globalização da economia, fragilização da classe trabalhadora, reorganização produtiva (mudanças da forma de produzir) a defesa de um estado mínimo, na perspectiva do investimento social (de um estado enxuto) e redução da função do estado (terceirização), impunham paradigmas de uma nova lógica e nova ordem.

Por fim, é possível ousar dizer que se vive tempos de exigências imperativas de mobilização e, para fazer resistência a esse processo de desmantelamento das políticas sociais no país é preciso que o conjunto da sociedade apodere do desafio de se organizar ocupar todos



os espaços com ações políticas capazes de tencionar o capital financeiro, o poder constituído pelo Estado.

## 5. REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. Entrevista, maio 2017. Disponível em:

<https://jornalgggn.com.br/blog/antonio-ateu/ricardo-antunes-ate-quando-a-colaboracao-de-classes>, acesso em: 18abril2018.

BEHRING e SANTOS: “Questão social e direitos”. In S.S direitos sociais e competências profissionais, Brasília-DF: Ed. Cortez, 2009.

BERHING, E.R., BOSCHETTI, I. “Política Social: fundamentos e história”. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011 (Biblioteca Básica de Serviço Social,v.2).

BOSCHETTI I. BEHRING E.R., SANTOS S. M. M., MIOTO, R.C. T, (orgs). “Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas”. São Paulo: Cortez, 2008.

CARVALHO, R. & IAMAMOTO, M. V. “A Questão Social nas décadas de 20-30 e as bases para a Implantação do Serviço Social. RELAÇÕES SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: esboço de uma interpretação histórico-metodológica”. 9ª edição. São Paulo: Cortez Editora. CELATS (Peru-Lima), 1993.

DILLENBURG, Fernando Frota; SOBRAL, Fábio Maia. “Exploração e Superexploração da Força de Trabalho em Marx e Marini”. In: Almeida FILHO, Niemeyer (Org.). Desenvolvimento e Dependência: Cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013.

IAMAMOTO, M.V. “Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social”. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. “A questão social no capitalismo”. Revista Temporalis 3. Ano II. Rio de Janeiro: ABEPSS, jan a junho 2011. Disponível em

<<https://drive.google.com/file/d/0B2hyTMUa2fbqTy1UZ01TRkNBUDQ/view?usp=sharing>>

e <<https://drive.google.com/file/d/0B2hyTMUa2fbqMmlJYnB4eFcwdGc/view?usp=sharing>>.

\_\_\_\_\_. “O Brasil das desigualdades: questão social, trabalho e relações sociais”. Revistas SER Social. V. 15,n 33 (Desafios da Política Social na Contemporaneidade). UnB. 2013 p. 326-342. Disponível em [http://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/9520](http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/9520).

IANNI, O. “A Questão Social. Questão Social”. Revista São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação SEADE (1). Volume (5). jan./mar., 1991.

\_\_\_\_\_. “A questão social”. A ideia de Brasil moderno. São Paulo: Brasiliense. 1996.

HARVEY, David. “O novo imperialismo”. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MARINI, R.M. “As razões do neodesenvolvimentismo”. In: *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. SADER, E.(org.) Petrópolis: Vozes, 2000.

MARSHALL, Theodore H., “Cidadania e classe social”. *Cidadania, Classe Social e Status*, Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MÉSZÁROS, Istvan. “A crise estrutural do capital”. São Paulo: Boitempo, 2009.

NETTO, J.P. “Cinco notas a propósito da questão social”. *Temporalis 3*. Ano II. Rio de Janeiro: ABEPSS, Jan-jun 2001.

\_\_\_\_\_. Uma face contemporânea da barbárie. *Revista Novos Rumos*, vol. 50, n 1, 2013 [www. file:///C:/Users/DELL%203000/Downloads/3436-11465-1-PB.pdf](http://www.file:///C:/Users/DELL%203000/Downloads/3436-11465-1-PB.pdf), acesso: em 17 maio de 2018.

PEREIRA, P. A. “Questão Social, Serviço Social, e Direitos de Cidadania”. *Revista Temporalis 3*. 2ª edição. Ano 2. jan./jun.,2001. Brasília: ABEPSS. Gráfica Odisséia, 2004.

ROSANVALLON, P. “A nova questão social”. Instituto Teotônio Vilela, Brasília: 1998.

SILVA, I.M.F. “Questão Social e Serviço Social no Brasil: Fundamentos Sócio-históricos”. Campinas-SP: Editora Papel Social, 2013.